



UFSM

**Centro de Educação
Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

Artigo Monográfico de Especialização

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Maria Cecília Corrêa de Souza Ribeiro

Ji-Paraná, RO, Brasil

2010

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

por

Maria Cecília Corrêa de Souza Ribeiro

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

JI-PARANÁ, RO Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico de Especialização

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Elaborado por
Maria Cecília Corrêa de Souza Ribeiro

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Ms Sandra Suzana Maximowitz Silva

Profª Ms Laura Cristina Nardi

Profª Ms Viviane Preichardt Duek

JI-PARANÁ, RO Brasil

2010

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender aos alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem correspondentes requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isso sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário, pondo em andamento, na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um. (Hugo Otto Beyer, 2006, p. 88)

DEDICATÓRIA

*Dedico esta pesquisa ao **Deus Todo Poderoso**.*

*Ao meu pai **João Evangelista de Souza** (in memorian), que me ensinou a lutar pelos meus ideais e a minha mãe, **Maria Corrêa de Souza** que me fez ser quem sou.*

*Ao meu grande amor **Edimar Ribeiro Sobrinho**, (in memorian), juntos compartilhamos grandes alegrias.*

*Aos meus filhos **Any Kelly e Ewerton Douglas**, que são minhas jóias preciosas, meus tesouros.*

*Aos meus **irmãos** que torcem pelo meu sucesso.*

*Ao meu tio **Manoel Corrêa** que me inspira a lutar, cada dia, pela inserção da pessoa com deficiência na sociedade.*

*A minha **equipe de trabalho**, assim como muitos educadores, acreditam que a escola é local privilegiado, e muitas vezes único, onde a pessoa com deficiência exerce sua cidadania. Juntos lutamos, choramos e rompemos barreiras para garantir que esse direito seja reconhecido.*

*Aos meus **irmãos de fé**, que creem que o “homem pode fazer planos, mas que a resposta vem dos lábios do Senhor.” (Salmos 37,5).*

*A minha orientadora **Sandra Suzana Maximowitz Silva**, que compreende as necessidades e fragilidades do ser humano.*

*A equipe da **SEESP/MEC**, que com sabedoria e dedicação tem pensado nas políticas públicas deste país, garantindo as pessoas com deficiência pleno exercício da cidadania.*

***A todos**, os que acreditam que essa sociedade poderá ser inclusiva quando todos os cidadãos gozarem dos mesmos direitos.*

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

AUTOR: Maria Cecília Corrêa de Souza Ribeiro

ORIENTADOR: Sandra Suzana Maximowitz Silva
Ji-Paraná, RO

RESUMO

A questão da competência docente é abordada como mediação importante no processo de ensino e aprendizagem, evidenciando o descompasso entre a formação do profissional e as exigências atuais. Esta realidade abre um espaço para algo mais amplo, que seria uma Política para a Formação do Educador em Serviço, traduzida em programas e ações diversificados, atendendo aos anseios dos educadores escolares. Sabemos que um dos anseios do trabalho docente é atender às especificidades de aprendizagem de cada criança. O professor deve ter como compromisso a promoção da aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, considerando e respeitando as diferenças decorrentes de questões sócio-culturais, étnicas, lingüísticas e, também, de problemas de ordem física, sensorial ou intelectual. Aprender a buscar respostas educativas que favoreçam o sucesso escolar de seus alunos, levando em conta os quatro pilares educacionais propostos pela UNESCO de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. O professor da educação inclusiva precisa favorecer oportunidades educacionais que leve os alunos à apropriação do conhecimento que possibilitem a construção e desenvolvimento de competências necessárias para sua autonomia e participação na sociedade. Por este motivo a formação de professores destaca-se como um tema crucial e, sem dúvida, um dos mais importantes dentre as políticas públicas para a educação. Para que essa ação aconteça de maneira satisfatória, faz-se necessário além de uma formação inicial consistente, a formação continuada em serviço, cuja finalidade seja promover o desenvolvimento profissional do educador e a melhoria nas propostas de intervenção para atuar de maneira eficiente junto aos discentes, objetivando a promoção de escolas inclusivas, assegurando educação de qualidade para todos os alunos, independente de deficiência,

desenvolvendo o processo de formação de professores com princípios e estratégias metodológicas que garantam embasamento teórico e prático para o professor educar para a diversidade; A metodologia utilizada será uma abordagem de cunho qualitativo. A realidade social a qual estamos vivendo possui dimensões qualitativas que nos ajuda a pensar na qualidade do profissional que temos e o que necessitamos. Para atender aos reclamos de uma educação inclusiva, é necessário que os cursos de formação de professores repensem seus currículos e seus programas educacionais, tendo como meta fundamental o ser humano que deseja formar.

Palavras-Chaves: formação, professores, educação, inclusiva, diversidade;

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	08
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	10
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1. Formação do professor: direito do professor, desafio para a escola	12
3.2. Inserção da disciplina educação especial no curso de Pedagogia	14
3.3. Formação continuada dos professores de Ji-Paraná	16
3.4. Da exclusão para a inclusão	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
5. REFERÊNCIAS.....	25

1. APRESENTAÇÃO

Ao ler os títulos enviados como linha de pesquisa, lembrei-me do compromisso que assumi em 2004 com a Superintendência Pedagógica da Secretaria de Educação de Ji-Paraná (RO). Sou pedagoga e atuo na Gerência de Educação Especial do município. Dentre as minhas atribuições há a formação de professores. O tema me motivou, por isto escolhi desenvolver essa linha de pesquisa que com certeza contribuirá para o meu fazer pedagógico e profissional.

Sou conhecedora do meu papel como formadora de professores e sou consciente de que preciso oferecer uma base teórica que de suporte aos professores para aprimorar a prática pedagógica. Para tanto, é preciso reunir opiniões e concepções da equipe em torno de um projeto pedagógico que permita aos professores ver além dos hábitos e conceitos adquiridos com a experiência e a formação inicial, por meio da sistematização do que ocorre em sala de aula. O formador de professores deverá dominar as estratégias e o conhecimento didático, para assumir juntamente com o professor a responsabilidade da aprendizagem dos alunos. Desde então, tenho me preparado cientificamente para atuar com competência junto aos professores em formação, sobretudo aqueles que atuam na educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), proposta pelo Ministério da Educação de construir nos municípios brasileiros uma sociedade inclusiva, incentiva os professores na aquisição de competências para atuarem junto aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A exigência de atender a diversidade faz com que o professor busque novas competências que deveriam ser desenvolvidas na formação inicial, como não são, passam a fazer parte da formação continuada. Formação esta que se encontra em processo de reconstrução. Precisamos de uma formação continuada em serviço, que possibilite confrontar a teoria e oferecer suporte para uma prática pedagógica construtiva. Para que isso aconteça, é necessário que nossos professores e a equipe pedagógica da escola adquiram competência para observarem a realidade e tomarem decisões cabíveis quanto ao processo de ensino e aprendizagem.

Sabemos que ensinar constitui a tarefa principal do educador e por isso deve ser compreendida como uma arte que envolve aprendizagem contínua e envolvimento pessoal no processo de construção do conhecimento. As experiências educacionais deveriam preparar os docentes para resolverem situações ou problemas emergentes no dia-a-dia da escola e da sala de aula.

Atualmente, todos os países em desenvolvimento tem ações dirigidas à formação e a atualização de professores. Estudos demonstram, porém, que é consenso de muitos educadores que as práticas de ensino sejam mais significativas, cuja finalidade seja levar o professor à reflexão sobre a prática pedagógica desenvolvida.

Fullan afirma que um aspecto fundamental para que a mudança de prática educativa ocorra é a compreensão da proposta que se quer implementar. Ela deve ser significativa. No caso de inovação educativa, a compreensão vai-se consolidando após o docente ter tido experiência com a mudança (apud Reiventando a escola p.34).

Diante desta realidade são levantadas algumas questões que impedem que a formação continuada aconteça como o esperado, devido à formação: Acontecer em períodos muito curtos; Não considerar as reais necessidades dos professores; Ser desvinculada das práticas educacionais; Falta de carga horária adequada para a formação.

Isto significa que a formação continua sendo pensada como um processo externo ao trabalho do professor e não se fundamenta na recuperação ou análise da prática pedagógica dos educadores. Nesse contexto, me deparo com o seguinte questionamento: Como a formação continuada pode efetivamente contribuir para que os professores superem os desafios frente a educação inclusiva?

Segundo Perrenoud "O reconhecimento de uma competência não passa apenas pela identificação de situações a serem controladas, de problemas a serem resolvidos, de decisões a serem tomadas, mas também pela explicitação dos saberes, das capacidades, dos esquemas de pensamentos e das orientações éticas necessárias para um ensino de qualidade." (p.19, 2002);

A proposta de formação inicial e continuada delineada nos Referenciais de Formação de Professores da Secretaria de Educação Fundamental – MEC (1999), diz que a formação deve ser: de dimensão coletiva e pessoal; de caráter permanente; de atuação profissional no nível técnico, intelectual, político, cultural,

social e pessoal; reflexiva entre teoria e prática educativa; avaliada continuamente; uma melhoria das condições de trabalho prevista no plano de carreira e salário.

É através deste processo de reflexão continuada que os docentes desenvolvem uma consciência crítica de sua prática cotidiana. Para tanto, é necessário que os professores tenham instrumentos avaliativos que assegure a identificação das necessidades, por meio da observação das características pessoais, sociais e culturais dos alunos, levando os professores para atuação com mais segurança e competência, junto aqueles que necessitam de acompanhamento mais específico. Diante desta situação é que me proponho a “avaliar a formação continuada dos professores, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná, buscando contribuir para superação dos desafios frente a educação inclusiva”.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa aqui apresentada seguiu uma abordagem de cunho qualitativo.

Segundo Trivinos (1987), “a pesquisa qualitativa é uma forma de estudo da sociedade que se centra na forma como as pessoas interpretam e dão sentido as suas experiências e ao mundo em que vivem.” Para esses pesquisadores a pesquisa qualitativa explora o comportamento, as atitudes e as experiências das pessoas estudadas. A base da investigação qualitativa reside na abordagem interpretativa da realidade social.

Para a sistematização do estudo, realizou-se a leitura de várias fontes bibliográficas, destacando e registrando aspectos importantes para a temática proposta pela pesquisa. Posteriormente, organizou-se a coleta de dados através dos seguintes instrumentos: registro da observação do processo de formação continuada, do trabalho em equipe, da tutoria entre os colegas e dos grupos de pesquisa; assim como as fichas descritivas escritas pelos professores, relatando como ocorreu o processo de formação.

A formação para a escola inclusiva em nosso município ocorreu com a utilização dos Referenciais Educacionais para a Diversidade do Ministério da Educação. Iniciamos os trabalhos propondo aos professores que escrevessem suas expectativas sobre a formação. Estabelecemos com o grupo as prioridades. Fizemos um pacto de ajuda para que a formação ocorresse de maneira agradável e significativa. Estabelecemos as mudanças que deveriam ocorrer no fazer pedagógico a curto prazo e a longo prazo. Nos propomos a criar atitudes de aceitação, valorização e respeito às diferenças. Por último fizemos o pacto de fazer de nossa escola, uma escola inclusiva.

A formação acontecia quinzenalmente em cada escola. Durante as formações lembrávamos dos combinados, das expectativas de formação, das prioridades estabelecidas pelo grupo. Ao término de cada encontro as formações eram avaliadas pelos formadores e cursistas. A avaliação dos professores apontavam alguns aspectos que precisavam ser modificados para que houvesse uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem. Dos aspectos levantados, os mais votados foram os seguintes:

- Não há tempo para desenvolver um planejamento; as salas de aulas estão superlotadas (35 a 40 alunos) tendo inclusive alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiências.
- Não há recurso didático suficiente para todos os alunos;
- A carga horária, não prever horário de reforço escolar;
- Não há uma rede de apoio que auxilie o professor para identificação e orientação aos alunos com dificuldades e deficiências;
- O salário do professor não os motiva e nem dá condições para que se tenha dedicação exclusiva.

Ao final da formação fizemos a avaliação final do curso e vimos alguns aspectos que precisam ser revistos para que se tenha de fato uma escola inclusiva.

Pedro Demo “valoriza na avaliação os critérios de representatividade, de legitimidade, de participação da base, de planejamento participativo, de convivência, de identidade ideológica, de consciência política, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica e autocrítica, de

autogestão e de puros elementos que, em última instância, serviriam para desenvolver a cidadania. E conclui: se qualidade é participação, avaliação qualitativa equivale a avaliação participante". (p. 12, 2002)

Diante disto vimos que a formação foi bem produtiva, não houve desistências. Sabemos que isto aconteceu porque a formação ocorreu na escola, dentro do horário trabalhado e porque a proposta de formação foi partilhada por todos, havendo o compromisso de respeito e valorização pelos formadores e colegas do grupo. Com isso ouvimos relatos de professores que perderam o medo de receberem o aluno com deficiência e se consideram preparados para o grande desafio de ensinar na perspectiva de escola inclusiva.

3 – REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Formação do Professor: Direito do Professor, desafio para a Escola

A presença dos alunos com deficiência nas escolas comuns é hoje uma realidade. Desde a LDBEN 9394/96, que indicou o atendimento do aluno com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, houve um respaldo legal para essa inserção. Desde então, há uma preocupação do Ministério da Educação em sensibilizar a sociedade para a garantia do direito à educação.

As inúmeras pesquisas já realizadas indicam que o principal argumento que dificulta a inclusão escolar diz respeito a não preparação dos educadores. Segundo esses relatos, o professor fica com medo ao saber que receberá um aluno com deficiência.

Por este motivo sabemos que é preciso repensar a formação do professor. Embora a disciplina Educação Especial seja obrigatória nos cursos de graduação, ainda tem deixado muito a desejar. Vemos que os graduados saem da universidade com pouco conhecimento para atuar em sala de aula e principalmente para atuar

junto aos alunos com deficiência. Há uma necessidade urgente de reformulação nos cursos de graduação, para que os graduandos desde o primeiro ano de formação tenham a experiência na sala de aula, cujo objetivo seja confrontar a teoria e a prática. Essa ação fará com que os alunos não sofram nas mãos de profissionais despreparados. Para minimizar a falta de preparação dos professores precisamos considerar a formação continuada como parte integrante do processo de formação.

“A formação dos professores deveria ser orientada para uma aprendizagem por problemas para que os estudantes se confrontassem com a experiência da sala de aula e trabalhassem a partir de suas observações, surpresas, sucessos e fracassos, medos e alegrias, bem como de suas dificuldades para controlar os processos de aprendizagem e as dinâmicas de grupos ou os comportamentos de alguns alunos.” (PERRENOUD, p. 22, 2002).

A Constituição de 1988 garantiu, em seu Artigo 206, a igualdade de condições para todos os alunos, como acesso e permanência na escola. A educação como direito de todos é dever do Estado e da família, sendo assim é urgente à necessidade de se pensar numa escola que atenda com qualidade a todos os alunos. Quando pensamos na formação do educador devemos pensar em uma escola que dê a todos os alunos uma mesma formação básica, tendo em mente o professor qualificado, o profissional preparado para lidar com o aluno com ou sem deficiência.

A disciplina educação especial não tem se constituído, em geral, como parte do conteúdo curricular da formação básica, do educador. Essa formação é quase sempre vista como uma formação especial reservada àqueles que desejam trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Segundo Paulo Freire:

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino, porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar e constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”. (apud Ciclos de Formação p. 18, 2002)

Não podemos admitir que essa disciplina continue sendo tratada desta forma. A inclusão é uma realidade, por isto a inserção da disciplina educação especial nos cursos de graduação é obrigatória, devendo ser bem trabalhada para dar embasamento teórico e pedagógico aos graduandos, a fim de que, ao concluir a Universidade tenham competências para atender o aluno com deficiência, mediando

o processo de aprendizagem e produzindo conhecimento, a partir do sujeito em formação.

3.2 . Inserção da Disciplina Educação Especial nos Cursos de Pedagogia da Unicamp

Como parte da política curricular da década de 1990, necessária à legitimação de certas visões sociais de mundo, de saber e de poder, transmitidas culturalmente, não só foram introduzidas disciplinas no núcleo comum do currículo do curso de pedagogia da Unicamp, como também foram acrescentados conteúdos programáticos às já existentes, constituindo assim formação comum obrigatória.

Inicialmente incluí-se nos currículos, uma disciplina com abordagem histórica das diferenças, denominada "Fundamentos da Educação Especial", nome que na origem da disciplina pareceu ser o mais viável. A disciplina seria uma "introdução" para que todos os graduandos do curso de pedagogia adquirissem os fundamentos básicos da Educação Especial. Essa ação foi considerada insuficiente, não trouxe o mínimo de conhecimento para o professor da classe comum.

Incluiu-se depois a disciplina "Linguagem e Pensamento I", que partia de uma abordagem sócio-histórica do conhecimento. Essa disciplina foi absorvida pelos conteúdos de Psicologia da Educação e Aprendizagem, passando, a constituir o núcleo comum da formação do pedagogo, trazendo o mínimo de resultado;

Na tentativa de preencher a lacuna na formação acrescentou-se no currículo a ementa de "Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus", o

funcionamento da Educação Especial, que levou a reflexão sobre a adequação ou não de tais diferenças.

Atualmente o currículo do curso de pedagogia, visa proporcionar aos alunos, a interação e a familiaridade com a prática pedagógica, levando-os a desenvolver pesquisas na rede de ensino, que resultem em trabalhos de iniciação científica. Alguns desses trabalhos estão voltados para a temática da pessoa com deficiência, seja na forma de pesquisa bibliográfica ou de campo.

Mas há muito ainda por fazer no sentido de estimular uma boa formação do profissional da educação que valorize, ao mesmo tempo, o fazer pedagógico e a formação teórica. O espaço para a pesquisa e a produção do conhecimento deverá ser o eixo norteador de um trabalho interdisciplinar, articulado com os docentes e alunos nessa tarefa de construção social do saber.

Segundo educadores da Unicamp é preciso pensar numa proposta de reformulação do currículo do curso de pedagogia para que se realize um trabalho não só interdisciplinar, mas também coletivo, que congregue professores e alunos em torno de temáticas comuns de reflexão e de pesquisa. Muitos educadores acreditam que não deveria haver nos cursos de graduação diferenciação na formação do professor para as classes do ensino regular, das classes especiais ou das escolas especiais.

Assim, é preciso intensificar os estudos sistemáticos sobre a complexidade da educação e da escola já nos semestres iniciais do curso de pedagogia e realizar estágios de observação e docência em classes regulares, que tenham alunos incluídos, em classes especiais ou instituições especializadas. Após a inserção dessa formação comum nos cursos de graduação será possível repensar a teoria e a prática da formação do educador.

A Formação de Professores para a Educação Especial foi planejada, como uma habilitação e como curso interdisciplinar e contou com a colaboração de vários educadores. A formação, que não tinha a pretensão de constituir um estudo especializado de aspectos psicológicos, orgânicos ou sociais da deficiência, estava carregada em sua essência de uma perspectiva histórica, segundo a qual o

conhecimento passava a ser construído na relação ética, política, estética, corporal, lingüística etc., do homem com a natureza e com a sociedade, buscando sua transformação.

3.3. Formação Continuada dos Professores de Ji-Paraná

A Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná, buscando atender a Política Nacional de Educação Especial tem procurado capacitar seus professores para atender a diversidade. Desde 2005 tem investido nos cursos de formação continuada para garantir aos professores cursos de atualização para atender a diversidade.

Ji-Paraná é pólo de um sistema de educação inclusiva, por este motivo o Ministério da Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Educação tem investido na formação continuada dos professores e gestores do município de Ji-Paraná e dos professores e gestores dos dezoito municípios que fazem parte do pólo.

O município realiza anualmente um Seminário em parceria com a Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação e Cultura. O seminário é realizado em Ji-Paraná, tem uma carga horária de 40 horas. Atende os professores do município e dos dezoito municípios que fazem parte do pólo de Ji-Paraná (RO).

Com este modelo de formação o Ministério da Educação tem por objetivo construir nos municípios brasileiros uma escola inclusiva, fazendo com que os profissionais da educação, especialmente os professores sintam a necessidade de adquirir competências para atuarem no atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Os primeiros cursos realizados pela Secretaria de Educação foram ofertados aos supervisores, cujo objetivo era capacitá-los para que eles capacitassem os professores nas escolas onde atuam. Essa experiência de formação não trouxe resultado satisfatório, pois os professores e alunos não eram alcançados.

Realizamos em 2006 e 2007, o curso de formação continuada “Educar para a diversidade” com carga horária de 40 horas. Essa formação era realizada na escola com os professores e supervisores. Este modelo de formação deu mais resultado. Investimos nesta formação e conseguimos capacitar algumas escolas. Com essa formação foi possível sensibilizar os professores e capacitá-los para atuarem dentro da escola com mais competência na identificação e solução dos problemas, porém essa formação não foi avante por falta de conscientização dos dirigentes escolares e por falta de uma política de formação em serviço da Secretaria.

Os dirigentes escolares alegaram que havia muita formação na escola e que era inviável mais uma. Segundo eles, o tempo disponibilizado para formação, faltaria para o atendimento ao aluno. Por falta de apoio o curso se reduziu a algumas escolas, que quiseram aprender “Educar para a Diversidade”. Segundo relatos de alguns pais, vemos que as escolas que participaram do projeto, são as que estão buscando a inclusão da pessoa com deficiência na rede pública de ensino.

De acordo com os atuais modelos de formação em serviço, podemos citar: Referencias para a Formação de Professores; Gestar – compromisso com a qualidade social no ensino; Educar na Diversidade; Fortalecimento do Trabalho da Equipe Escolar; Os idealizadores destas propostas de formação, afirmam que o conhecimento é construído na articulação entre o que é realidade na escola e o ideal a ser atingido. Essas duas linhas podem ser transformadas com o trabalho de todos os envolvidos, os quais se dispõem a aprender a partir de seu próprio trabalho.

Com o advento da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), afirmando que todos tem direito à educação, torna-se urgente a aquisição de novas competências que devem ser aprendidas na formação docente. Formação esta que se encontra em processo de reconstrução, pois o que vemos em muitas formações são estudos que tem pouca ou nenhuma relação com a prática pedagógica. Essas formações necessitam de mudanças. Os professores necessitam de uma formação que confronte a teoria e ofereça suporte para uma prática pedagógica construtiva. Para que isso aconteça, a equipe gestora e os professores precisam ter consciência de que necessitam melhorar sua formação, adquirir competência técnica e pedagógica para observarem a realidade e tomarem decisões quanto ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos que estão em processo de construção do conhecimento.

Ainda é comum ouvirmos professores dizerem que não estão preparados para atenderem os alunos com necessidades educacionais especiais inseridos nas escolas. Esse discurso já se esvaziou, não há como admitir que o despreparo do professor impeça a inclusão escolar das pessoas com deficiências.

O ato de ensinar é tarefa principal do educador, deve ser compreendida como uma arte que envolve aprendizagem contínua, envolvimento pessoal no processo de formação e a necessidade de se pesquisar experiências educacionais que preparem os docentes para resolverem situações ou problemas emergentes no dia-a-dia da escola e da sala de aula.

O educador deve identificar-se como um eterno aprendiz, tendo consciência de que o processo de ensinar é dinâmico, devendo ser um pesquisador de novas aprendizagens e teorias para atuar com competência junto aos problemas que ocorrerem durante sua carreira de educador.

Os desafios educacionais evidenciam que não basta ao educador somente o conhecimento dos conteúdos curriculares, é preciso que estejam preparados para: Aquisição e desenvolvimento da capacidade de refletir sobre sua prática pedagógica; Desenvolvimento de habilidades para trabalhar em equipe com outros docentes e profissionais; A formação de valores éticos e morais, fundamentais para contribuir com a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de sociedades mais justas.

3.4. Da Exclusão para a Inclusão

Nos anos finais do Império, o trabalho realizado junto as crianças com deficiência estava vinculado à formação dos profissionais da saúde. Esse modelo servia para legitimar que a pessoa com deficiência era um sujeito incapaz de ser inserido em outros sistemas comuns da vida humana. Esse indivíduo era reconhecido apenas como paciente

No século XX, os pesquisadores entenderam que a pessoa com deficiência não deveria ser considerada apenas como paciente. Com isso houve uma preocupação desses especialistas com os aspectos pedagógicos.

Alguns educadores revolucionários e estudiosos das ciências como medicina, psicologia, sociologia e pedagogia impulsionadas pelo lema “educação para todos” contribuíram para a superação das diferenças e diminuição das desigualdades. Essa contribuição tem auxiliado para constituir um corpo de profissionais habilitados para o atendimento especializado às pessoas com deficiência.

Sabemos que o professor da educação especial deve ser em primeiro lugar, bom professor, qualificado, dono de um saber reconhecido socialmente, competente naquilo que se propõem a fazer. Precisa ser pesquisador, alguém comprometido com sua própria formação. O professor que todo aluno necessita, é um profissional consciente de sua realidade histórica e social, um sujeito capaz de enfrentar desafios.

O professor que o lema “educação para todos” exige não poderá ser um mero aplicador de métodos e técnicas de ensino, nem alguém especializado somente em crianças com deficiência. O professor para atuar com a diversidade deve ser preparado para atuar não só nas instituições especializadas, mas também nas classes comuns do ensino regular.

Segundo o princípio da educação inclusiva, o professor da escola para todos precisa ser bem formado para atender com qualidade todos os alunos e também os alunos com deficiência que durante anos ficaram excluídos desse espaço tão enriquecedor e produtivo chamado escola.

Sabemos que esta realidade ainda é um desafio para os professores e uma conquista das pessoas com deficiência. Temos consciência que alguns desses desafios serão superados à medida que os educadores tiverem uma boa formação teórica e prática que lhes deem o embasamento necessário para atender a diversidade de saberes que adentram os portões da escola.

Alguns fatores importantes para o atendimento às diferenças é o reconhecimento da individualidade, é acreditar que a pessoa com deficiência é um sujeito capaz de aprendizagem, é reconhecer a escola como um espaço importante para o desenvolvimento desse sujeito.

O professor, antes de dizer que não sabe trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais deverá olhar para esse sujeito como uma pessoa singular e avaliar quais são suas potencialidades, quais são suas dificuldades, que intervenções poderá fazer para que esse sujeito desenvolva suas habilidades. O grande desafio para as escolas inclusivas não é de especialistas em deficiências, mas de professores sensíveis, competentes e mediadores da aprendizagem. Esse professor deverá ter acesso a toda tecnologia que facilite o rompimento de barreiras entre o normal e o diferente. Conhecer não só as novas teorias da educação, mas também os movimentos sociais pela melhoria da formação do professor e a produção teórica que resulta deles, para atuar na realidade e transformá-la.

Diante dessa perspectiva, as discussões acadêmicas e políticas acerca das habilitações do curso de pedagogia vão sendo encaminhadas no contexto de outras reformas institucionais e de questionamentos acerca do papel da universidade na sociedade atual. A formação do profissional da educação deverá inserir-se nesse mundo de mudanças e deverá ser repensada com base nessas novas realidades e exigências da contemporaneidade. As pesquisas mais recentes tem apresentado muitos desafios para a escola. Dentre esses desafios, destaca-se à necessidade da formação docente acompanhar as transformações sociais mais amplas e atender às novas exigências de educar para a diversidade.

Pensando assim, a formação inicial e continuada de professores deverá ser objeto de pesquisa e constante reflexão. É importante que o formador ao planejar as ações de formação continuada, considere os valores, as convicções e as atitudes que os professores adotam como referência para estruturar o seu trabalho na escola e na sala de aula, que os professores iniciem a reflexão de sua formação acadêmica analisando sua própria prática, utilizando a lacuna existente em sua formação inicial

como uma experiência para estruturar um plano de formação continuada para si mesmo.

“ a formação dos professores deveria ser orientada para uma aprendizagem por problemas para que os estudantes se confrontassem com a experiência em sala de aula e trabalhassem a partir de suas observações, surpresas, sucessos e fracassos, medos e alegrias, bem como de suas dificuldades para controlar os processos de aprendizagem e as dinâmicas de grupos ou os comportamentos de alguns alunos (PERRENOUD, p. 22, 2002).

As vivências da prática profissional tem indicado que nas abordagens de ensino sob supervisão, ensino colaborativo e reflexivo é imprescindível que o professor tenha em seu poder, uma programação de ensino preestabelecida e que possa ser compartilhada por outros, um planejamento que possa ser visualizado, pré-avaliado e materializado nos planos de aula. Esse tipo de formação foi proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, Programa Gestar, Fortalecimento da Escola, Educar na Diversidade e outros, cuja finalidade era embasar teoricamente o professor, levá-lo a experimentar na sala de aula o conhecimento adquirido nas formações e propor mudanças para uma prática pedagógica mais efetiva.

O Ministério da Educação defende que a formação continuada deverá ser realizada em serviço e na própria escola. Esse tipo de formação se for bem planejada alcança além dos professores, outros profissionais como: orientadores, supervisores, coordenadores, diretores, pessoal administrativo e de apoio. Para que a formação em serviço aconteça, é necessário que os professores tenham carga horária ampliada, para que seja garantida em serviço a formação continuada.

Baseado no desafio de propiciar escolas para todos é que muitos pesquisadores tem se preocupado em investigar na sala de aula, qual o perfil do bom professor. Essas pesquisas investigam quais características deveria ter o professor ideal. Segundo eles, o professor ideal é aquele que tem o domínio de habilidades e competências adquiridas ao longo de sua formação profissional.

Por este motivo sabemos que o processo de formação de um profissional não poderá encerrar-se nos limites de um curso de graduação, na universidade. É indispensável a continuidade de formação para que haja constante reflexão que auxilie o professor na mudança consciente de novas práticas educacionais, que leve

o aluno há uma aprendizagem mais efetiva. Sabendo que o objeto de trabalho do professor é o ensino, por isso necessita de um conhecimento teórico sobre o ensino e a aprendizagem.

Baseado nisto, é que defendemos a formação continuada como uma necessidade, que não poderá ser entendida como algo absoluto a ser alcançado, mas como processo de formação contínua e dinâmica. A partir dessa base teórica é possível pensar em uma escola inclusiva, porque o professor bem preparado é aquele que tem claro e definido, na prática e na teoria como conduzir o processo de ensino, como explicar a aprendizagem, como avaliar o processo, como reformular seu planejamento diante das dificuldades. Não se trata de adequar o currículo para o aluno com deficiência, mas que se crie condições para que o aluno tome posse do currículo que ele precisa.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...é importante que os formadores sintam-se responsáveis pela articulação teoria e prática e permitam que os professores trabalhem, cada um a sua maneira, que contribuam para a construção de saberes e competências dos professores em formação (PERRENOUD, p. 23, 2002).

Com o desafio de proporcionar escola para todos é que professor da escola inclusiva, deverá buscar o conhecimento específico na totalidade do saber socializado. Sua formação dar-se-á no confronto da teoria com a prática pedagógica, buscando sempre, alternativas de aprendizagem que auxiliie os alunos no processo de construção do conhecimento.

Dessa forma, entendemos que os princípios norteadores da educação inclusiva: o direito de todas as crianças à educação, o respeito às necessidades, interesses e capacidades de aprendizagem de cada criança, exigem uma pedagogia centrada na criança, de forma que possam contribuir efetivamente na busca de soluções, visando o aprimoramento dos processos de escolarização, objetivando uma efetiva diminuição da exclusão escolar, na concepção de que o mundo que nos é dado precisa ser mudado, transformado e reinventado.

É importante que os professores saibam que a educação não é a responsável pela transformação da sociedade, mas precisam ter clareza do papel que ela representa neste processo de transformação, desenvolvendo com seus alunos uma proposta pedagógica que os façam apropriarem-se dos conteúdos historicamente construídos de forma crítica e reflexiva.

Diante disto, defendemos o desenvolvimento de uma teoria crítica de educação para a cidadania nos cursos de formação de professores. Uma vez que a escola

precisa ser entendida como um espaço para as transformações, para as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua e para a criatividade.

Vislumbramos que as discussões acerca da formação de professor para atender a diversidade possibilitam um repensar para essa formação, compreendemos que há necessidade de mudanças conceituais e atitudinais, levando em conta que essas mudanças devem favorecer o pensar de uma nova prática pedagógica e, conseqüentemente, a transformação da escola e da sociedade no que diz respeito ao atendimento às diferenças.

Pensando nas lacunas oriundas não só da formação inicial, mas da estrutura organizacional que temos, estamos cientes que a formação continuada é um grande passo na concretização de um sistema inclusivo, mas não é o único. Precisamos de gestores comprometidos com a educação, que compreendam que a educação é o diferencial de toda sociedade civilizada. Com esse compromisso defendemos a formação continuada como garantia de atendimento a diversidade. Essas ações permitirão um acompanhamento educacional que garanta acesso, permanência e qualidade de educação oferecida às crianças, jovens e adultos excluídos durante muito tempo do processo educacional.

5- REFERÊNCIAS

ANFOPE, (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação). VII Encontro Nacional. Documento Final. Niterói, julho de 1994.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1988.

Trivinos, Augusto Cesar. *Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação*, Editora Atlas, 1987.

Demo, Pedro. *Pesquisa e informação qualitativa*, Editora Papyrus, 1989.

_____. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Livro 1. Brasília: MEC/Seesp, 1994.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca: s/ed., junho de 1994, 19 p.

FERREIRA, J.R. "A construção escolar da deficiência mental". Piracicaba: Unimep, tese de doutoramento, 1993.

JANNUZZI, G.S.M. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

_____. "Deficiência mental, cidadania e política". VII Ciclo de Estudos. São Carlos: UFSCar, março, 1995a.

_____. "Políticas públicas e a formação do professor". Anais do I Ciclo de Debates em Educação Especial: "Educação para Todos". Campinas: Unicamp-FE, 5 a 7 de dezembro 1995, pp. 1-10.

- Referenciais para formação de professores / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. A Secretaria, 1999.
- Parâmetros Curriculares Nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. A Secretaria, 1997.
- Fortalecimento do Trabalho da Equipe Escolar / Secretaria de Educação Fundamental. A Secretaria, 2005.
- Inclusão: Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.
- Gestar – Compromisso com a qualidade social do ensino / Secretaria de Educação Fundamental. A Secretaria, 2006.
- Ensaio Pedagógico / Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- Experiências Educacionais Inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade/ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- Ensaio Pedagógico / Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2007.
- Perrenoud, Philippe. As competências para ensinar no século XXI. A formação dos professores e o desafio da avaliação, Artmed Editora, 2002.
- Krug, Andréa. Ciclos de Formação: uma proposta político-pedagógica transformadora, Mediação 2002.
- Demo, Pedro. Avaliação Qualitativa. Campinas, SP. Autores Associados, 2002.